

INSTRUÇÕES

1. ESTE CADERNO DE PROVAS CONTÉM 20 (VINTE) QUESTÕES OBJETIVAS DE DIREITO E 1 (UMA) QUESTÃO DISSERTATIVA;

2. NA HIPÓTESE DE O CADERNO ESTAR INCOMPLETO OU COM QUALQUER DEFEITO FORMAL, O(A) CANDIDATO(A) DEVERÁ SOLICITAR IMEDIATAMENTE AO FISCAL MAIS PRÓXIMO QUE O SUBSTITUA. NÃO SERÃO DEFERIDOS RECURSOS BASEADOS EM DEFEITOS FORMAIS DO CADERNO DE PROVA;

3. SE O(A) CANDIDATO(A) CONSIDERAR QUE DETERMINADA QUESTÃO APRESENTA QUALQUER DEFEITO DE CONTEÚDO, DEVERÁ DELA RECORRER NO PRAZO PREVISTO PARA TANTO. NÃO SERÁ PRESTADO, DURANTE A REALIZAÇÃO DA PROVA, ESCLARECIMENTO ALGUM RELATIVAMENTE A DEFEITOS DESSA NATUREZA OU QUANTO À INTERPRETAÇÃO DOS COMANDOS E DOS ITENS DAS QUESTÕES;

4. É VEDADA QUALQUER ESPÉCIE DE CONSULTA, BEM COMO A COMUNICAÇÃO COM QUALQUER PESSOA QUE NÃO OS MEMBROS E SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL ATUANDO NA APLICAÇÃO DA PROVA;

5. CASO O CANDIDATO TRAGA CONSIGO ALGUM APARELHO ELETRÔNICO, ESTE DEVERÁ PERMANECER DESLIGADO E GUARDADO CONSIGO.

6. NÃO SERÁ PERMITIDO O USO DE RELÓGIOS DIGITAIS E SMARTWATCHES.

7. A DURAÇÃO DA PROVA É DE 3 HORAS IMPRORROGÁVEIS, INCLUÍDO O TEMPO PARA PREENCHIMENTO DA FOLHA DE RESPOSTAS. AO FINAL DESSE TEMPO, O(A) CANDIDATO(A) QUE NÃO ENTREGAR IMEDIATAMENTE O CADERNO DE PROVAS SERÁ CONSIDERADO DESISTENTE DA SELEÇÃO; O CANDIDATO SOMENTE PODERÁ SE AUSENTAR DO LOCAL DE PROVA APÓS UMA HORA, CONTADA DO EFETIVO INÍCIO DA PROVA;

8. CADA QUESTÃO DA PROVA OBJETIVA APRESENTA CINCO ALTERNATIVAS (A,B,C,D,E) ;

9. MUITO IMPORTANTE: COMPETE UNICAMENTE AO(A) CANDIDATO(A), SOB SUA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE, PREENCHER O ESPAÇO DESTINADO ÀS RESPOSTAS DA PROVA OBJETIVA NO CARTÃO-RESPOSTA, QUE SERÁ O ÚNICO DOCUMENTO CONSIDERADO PARA CORREÇÃO. SERÃO CONSIDERADAS INCORRETAS MARCAÇÕES DUPLAS, RASURADAS OU EMENDADAS. NÃO HAVERÁ, EM HIPÓTESE ALGUMA, SUBSTITUIÇÃO DA FOLHA DE RESPOSTAS EM RAZÃO DE ERRO DO(A) CANDIDATO(A);

10. NO CARTÃO DE RESPOSTAS, AS QUESTÕES ESTÃO REPRESENTADAS PELOS SEUS RESPECTIVOS NÚMEROS. PREENCHA, TOTALMENTE, COM CANETA ESFEROGRÁFICA (TINTA AZUL OU PRETA) TODA A ÁREA CORRESPONDENTE À OPÇÃO DE SUA ESCOLHA, SEM ULTRAPASSAR AS BORDAS; BEM COMO, LEMBRAR DE ASSINAR O CARTÃO DE RESPOSTAS.

11. O CANDIDATO RECEBERÁ A FOLHA RESPOSTA PARA A QUESTÃO DISSERTATIVA. AO PREENCHER A FOLHA RESPOSTA DA QUESTÃO DISSERTATIVA O CANDIDATO DEVERÁ RESTRINGIR-SE AO LIMITE DE LINHAS DA FOLHA.

A INOBSERVÂNCIA DE QUALQUER UMA DESSAS INSTRUÇÕES OU DAS CONTIDAS NO EDITAL PODERÁ ACARRETAR A EXCLUSÃO DO(A) CANDIDATO(A) DA SELEÇÃO.

Nº DE INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO

CADERNO DE PROVA

PROVA OBJETIVA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Sobre jurisdição e ação no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) Para postular em juízo é necessário ter interesse, mas não legitimidade.
- b) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio.
- c) O interesse do autor pode limitar-se à declaração tanto da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica quanto da autenticidade ou da falsidade de documento.
- d) Nos casos de substituição processual, o substituído não poderá intervir como assistente litisconsorcial.
- e) Não se admite a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.

2. A respeito da competência interna no processo civil, assinale a alternativa correta.

- a) Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, mesmo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.
- b) São conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir e, nesses casos, os processos das ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, exceto se um deles já houver sido sentenciado.
- c) Se a União for a demandada, a ação somente poderá ser proposta no foro de domicílio do autor, no de ocorrência do ato ou fato que originou a demanda ou no de situação da coisa.
- d) A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição, mas não pode ser declarada de ofício.
- e) O pedido de cooperação jurisdicional deve ser prontamente atendido, depende de forma específica e pode ser executado como auxílio direto, reunião ou apensamento de processos, prestação de informações ou atos concertados entre os juízes cooperantes.

3. Quanto às normas sobre comunicação dos atos processuais, assinale a alternativa incorreta.

- a) Os atos processuais serão cumpridos por ordem judicial, não sendo admitida a sua prática por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real.
- b) Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual.
- c) O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação.
- d) Com exceção de hipóteses específicas, a citação será feita por meio eletrônico ou pelo correio.
- e) Quando as cartas precatória ou arbitral não estiverem revestidas dos requisitos legais, o juiz

recusará o seu cumprimento, devolvendo-a com decisão motivada.

4. Em relação ao procedimento comum no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) A petição inicial será indeferida mesmo se, a despeito da falta de informações sobre os prenomes do autor e do réu, for possível a citação do réu.
- b) O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos legais, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.
- c) O pedido deve ser determinado, mas é lícito formular pedido genérico quando a determinação do objeto ou do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu.
- d) É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, salvo se entre eles não houver conexão.
- e) A audiência de conciliação ou de mediação não será realizada se a parte autora manifestar, expressamente, desinteresse na composição consensual.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

5. Sobre o juiz das garantias, no processo penal brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:

- a) é responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário;
- b) é responsável por realizar a investigação nos crimes punidos com reclusão com pena superior a quatro anos, atuando ao lado do Ministério Público e da Polícia Judiciária na obtenção de elementos informativos;
- c) não é responsável por receber o auto da prisão em flagrante para o controle da legalidade da prisão, uma vez que não é a autoridade judiciária competente;
- d) não é responsável por requisitar documentos, laudos e informações ao delegado de polícia sobre o andamento da investigação;
- e) é responsável por julgar o habeas corpus impetrado somente após o oferecimento da denúncia;

6. Sobre a ação penal, no processo penal brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo;

b) seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública condicionada à representação da pessoa jurídica vítima;

c) a representação será irretratável, depois de oferecida a denúncia;

d) qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção;

e) ordenado o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer elementos informativos da mesma natureza, o órgão do Ministério Público comunicará à vítima, ao investigado e à autoridade policial e encaminhará os autos para a instância de revisão ministerial para fins de homologação, na forma da lei.

7. Sobre o acordo de não persecução penal, no processo penal brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:

a) não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 2 (dois) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal;

b) é condição possível do acordo de não persecução penal o perdimento de bens e direitos indicados pelo Delegado de Polícia como instrumentos, produto ou proveito do crime;

c) é condição possível do acordo de não persecução penal a reparação do dano ou restituição da coisa à vítima, exceto na impossibilidade de fazê-lo;

d) é cabível o acordo de não persecução penal mesmo se o agente tiver sido beneficiado nos 5 (cinco) anos anteriores ao cometimento da infração, em acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo;

e) o acordo de não persecução penal será formalizado oralmente ou por escrito e, neste caso, será firmado pelo membro do Ministério Público, pelo investigado e por seu defensor.

8. Sobre as medidas cautelares pessoais, no processo penal brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA:

a) as medidas cautelares deverão ser aplicadas observando-se a necessidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais; a adequação da medida à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado;

- b)** as medidas cautelares serão decretadas pelo juiz a requerimento das partes ou, quando no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público;
- c)** ressalvados os casos de urgência ou de perigo de ineficácia da medida, o juiz, ao receber o pedido de medida cautelar, determinará a intimação da parte contrária, para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias, acompanhada de cópia do requerimento e das peças necessárias, permanecendo os autos em juízo, e os casos de urgência ou de perigo deverão ser justificados e fundamentados em decisão que contenha elementos do caso concreto que justifiquem essa medida excepcional
- d)** no caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas, o juiz, mediante requerimento do Ministério Público, de seu assistente ou do querelante, deverá decretar a prisão preventiva;
- e)** O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que subsista, bem como voltar a decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

DIREITO PENAL

9. Marque a alternativa correta:

- a)** A revogação de tipo penal por lei posterior à prática do crime só pode retroagir até o trânsito em julgado da condenação, não se aplicando na fase de execução;
- b)** de acordo com a maioria da doutrina, basta para que o crime se perfeça que o fato seja típico e punível;
- c)** salvo os casos expressos em lei, não se admite punição por crime punido com dolo eventual (ignorância deliberada);
- d)** em caso de crimes praticados planejadamente por quatro agentes dos quais dois ingressaram em agência bancária com arma de fogo e subtraíram valores e arma de fogo de segurança, ao passo que os outros dois permaneceram no carro utilizado para ida ao local e posterior fuga de todos, os que não entraram na instituição financeira praticaram apenas receptação e os outros dois cometeram crimes de roubo;
- e)** o particular (extraneus) pode praticar crime de peculato e crime de corrupção passiva em concurso de pessoas com servidor público.

10. Marque a alternativa correta:

- a)** a anistia, a graça e o indulto extinguem a antijuridicidade da conduta;
- b)** os crimes de uso de documento falso não podem ser cometidos perante entes públicos, pois estes têm o dever de lhes averiguar a autenticidade;
- c)** o crime de falso testemunho e o de denúncia caluniosa podem ser cometidos em depoimento

em inquérito policial;

d) todos os crimes contra a ordem tributária dependem de constituição definitiva do crédito tributário, de acordo com o entendimento vinculante do Supremo Tribunal Federal;

e) cabe suspensão condicional do processo nos crimes de pena máxima de até quatro anos, dolosos ou culposos, salvo os relativos à violência doméstica.

11. Marque a alternativa correta:

a) o crime de desobediência não tem previsão de modalidade culposa, dependendo, sempre, para a sua configuração, do dolo do agente;

b) no concurso de pessoas, comunicam-se as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime;

c) o crime de contrabando, ou seja, de iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria, extingue-se pelo pagamento posterior dos tributos devidos e de seus acessórios;

d) o estelionato previdenciário, por envolver direito personalíssimo, o benefício previdenciário, não pode ser cometido em concurso de pessoas, de acordo com a jurisprudência;

e) nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública, a perda do cargo público, função pública ou mandato eletivo, quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, é efeito automático da sentença penal condenatória.

12. Marque a alternativa incorreta:

a) o gerente de agência bancária pode ser o único sujeito ativo de crimes próprios contra o sistema financeiro;

b) a sentença condenatória torna certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, ainda que a vítima seja um particular;

c) na apropriação indébita previdenciária, é elementar típica o chamado dolo específico, o ânimo de apropriação;

d) a condenação inferior a 4 anos de pena privativa de liberdade não gera, por si só, direito subjetivo do condenado à substituição por uma ou duas penas restritivas de direitos;

e) diz-se o crime tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.

13. Acerca do direito à igualdade, assinale a assertiva correta:

- a) O princípio da igualdade, desde a sua origem, vem sendo entendido estritamente como igualdade formal entre cidadãos.
- b) A aspiração de igualdade entre as pessoas visa estipular homogeneidade social e cultural.
- c) A promoção de igualdade material passa pela aparente paradoxal ascensão da diferença como um direito.**
- d) Por não estar expressamente prevista na Constituição da República de 1988, a vedação de tratamento discriminatório decorre da ponderação de princípios constitucionais.
- e) Segundo o STF, as ações afirmativas são inconstitucionais por violarem o princípio da igualdade.

14. Sobre o Ministério Público, assinale a alternativa correta:

- a) O Ministério Público está incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, inclusive do patrimônio público, podendo, para tanto, fornecer consultoria jurídica a entidades públicas.
- b) O Ministério Público possui autonomia administrativa e funcional, embora integre a estrutura do Poder Judiciário.
- c) Incumbe ao Ministério Público a defesa, inclusive judicial, dos direitos e interesses das populações indígenas.**
- d) O membro do Ministério Público não pode exercer atividade político-partidária, nem participar de sociedade comercial.
- e) O Procurador-Geral da República é nomeado pelo Presidente da República para mandato de dois anos, vedada a recondução.

15. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A Constituição é um conjunto de normas fundamentais que organiza o Estado, define os direitos e deveres dos cidadãos e estabelece os limites do poder estatal.
- b) As constituições materiais são aquelas que se limitam a estabelecer a organização e funcionamento dos órgãos de Estado, enquanto as formais também contemplam os direitos fundamentais dos cidadãos.**
- c) O neoconstitucionalismo enfatiza a supremacia dos princípios constitucionais e a interpretação conforme a Constituição.
- d) A classificação quanto à rigidez das constituições diz respeito à facilidade ou dificuldade de sua alteração.

e) A Constituição da República de 1988 é um exemplo de Constituição analítica.

16. Acerca do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta:

- a) O controle preventivo de constitucionalidade é realizado exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal.
- b) O controle difuso de constitucionalidade tem efeitos ex tunc e inter partes, não se admitindo mitigação da retroação de efeitos mediante ponderação de princípios.
- c)** Viola a cláusula de reserva de plenário a decisão de órgão fracionário ou tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.
- d) A decisão da ação direta de inconstitucionalidade tem efeitos ex nunc e erga omnes, admitindo-se excepcionalmente que tenha efeitos ex tunc.
- e) Partidos políticos têm legitimidade para propositura de ação direta de inconstitucionalidade ainda que não contem com representação no Congresso Nacional.

DIREITO ADMINISTRATIVO

17. O princípio da continuidade do serviço público aplica-se especialmente com relação aos contratos administrativos e ao exercício da função pública. Quanto a esses contratos, o princípio traz como consequências:

I) a imposição de prazos rigorosos ao contraente;

II) a inaplicabilidade da exceptio non adimpleti contractus contra a Administração

III) o reconhecimento de privilégios para a Administração, como o de encampação, o de uso compulsório dos recursos humanos e materiais da empresa contratada, quando necessário para dar continuidade à execução do serviço.

IV) a inaplicação da teoria da imprevisão, para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e permitir a continuidade do serviço;

a) apenas a I é verdadeira

b) apenas a I e II são verdadeiras

c) apenas I, II e III são verdadeiras

- d) apenas II e III são verdadeiras
- e) apenas IV é verdadeira

18. Sobre os fundamentos da presunção de veracidade dos atos administrativos, assinale a alternativa que apresenta de forma incorreta um desses fundamentos:

- a) o procedimento e as formalidades que precedem a sua edição, os quais constituem garantia de observância da lei;
- b)** o fato de o ato administrativo ser uma das formas de expressão da soberania do Estado, de modo que a autoridade que pratica o ato o faz sem o consentimento de todos;
- c) a necessidade de assegurar celeridade no cumprimento dos atos administrativos, já que eles têm por fim atender ao interesse público, predominante sobre o particular;
- d) o controle a que se sujeita o ato, quer pela própria Administração, quer pelos demais Poderes do Estado, sempre com a finalidade de garantir a legalidade;
- e) a sujeição da Administração ao princípio da legalidade, o que faz presumir que todos os seus atos tenham sido praticados de conformidade com a lei, já que cabe ao poder público a sua tutela.

19. Sobre bens públicos, assinale a alternativa correta:

- a) São bens públicos de uso comum do povo apenas os mares, rios, estradas e ruas;
- b) São bens públicos de uso especial apenas os edifícios ou terrenos aplicados a serviço ou estabelecimento federal, estadual ou municipal da administração direta;
- c) São bens públicos dominicais os que constituem o patrimônio apenas da União, dos Estados ou dos Municípios, como objeto de direito pessoal ou real de cada uma dessas entidades;
- d)** São exemplos de bem de uso especial as terras dos silvícolas;
- e) São exemplos de bem de uso comum do povo os terrenos de marinha.

20. Sobre os princípios do processo administrativo, assinale a alternativa correta:

- a)** Reza o princípio da publicidade que, por ser pública a atividade da Administração, os processos que ela desenvolve devem estar abertos ao acesso dos interessados;
- b) O princípio da oficialidade, no âmbito administrativo, assegura a possibilidade de instauração do processo por iniciativa da Administração, desde que haja provocação do administrado;

- c)** O princípio da gratuidade não impede a cobrança de taxas pela Administração Pública, como é o caso da exigência de depósito prévio para admissibilidade de recurso administrativo;
- d)** Os princípios da ampla defesa e do contraditório não estão previstos na lei do processo administrativo (Lei nº 9.784/99), mas sim derivam diretamente de previsão constitucional;
- e)** O princípio da pluralidade de instâncias decorre do poder de autotutela de que dispõe a Administração Pública e que lhe permite rever os próprios atos, apenas quando ilegais.

GRADUAÇÃO

PROVA DISSERTATIVA

QUESTÃO 01

Em até 60 linhas, disserte, de modo geral, sobre os instrumentos legais de resolução consensual ou negociada de conflitos nas causas judiciais e extrajudiciais, nos âmbitos penal e cível, de legitimidade do Ministério Público Federal, tratando de sua **principiologia** e de suas **vantagens** práticas.

Na sua dissertação, discorra, necessariamente, sobre **1) o acordo de não persecução penal**, permitido pelo art. 28-A do Código de Processo Penal; **2) as propostas de transação penal e suspensão condicional do processo**, previstas nos arts. 76 e 89 da Lei nº 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais); **3) o compromisso de ajustamento de conduta** de que trata o art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985 (Lei da Ação Civil Pública); e **4) o acordo de não persecução civil**, instituído pelo art. 17-B da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa); indicando, para cada um desses instrumentos negociais, o **momento processual adequado** para sua propositura e suas **principais características** (por exemplo, condições, requisitos, vedações, limites, e consequências).

	RASCUNHO
1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	

	RASCUNHO
1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	

